

NOTAS PARA DISCUSSÃO SOBRE O DIÁLOGO DE SABERES: EXPERIÊNCIAS INOVADORAS NO ENSINO DE ATER

Marcia Regina Andrade¹
Fundação Itesp

Este texto, produzido para o II Seminário Nacional de Ensino e Extensão Rural, realizado em Santa Maria, em dezembro de 2010, tem como objeto de discussão o **Diálogo de Saberes: experiências inovadoras no ensino** para a formação de novos profissionais extensionistas dentro e fora dos muros escolares.

O tema que me foi proposto é de enorme importância, principalmente se o tratarmos no âmbito da prática extensionista, na perspectiva de um modelo de desenvolvimento sustentável. É uma temática que tem se feito presente em algumas teorias pedagógicas progressistas (construtivista de Piaget, histórico-cultural ou sócio-interacionista de Vygotsky), mas tampouco se tem aprofundado a reflexão a partir de sua prática.

Minha singela contribuição neste debate será a partir do lugar que ocupo profissionalmente na Fundação Itesp, em São Paulo, uma instituição pública prestadora de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), como coordenadora de Programas de Formação e Capacitação continuada de seus extensionistas e beneficiários - agricultores e quilombolas.

Diálogo de Saberes: um encontro de culturas, de subjetividades

Como pressuposto, é importante dizer que estamos tratando de um projeto político e social de desenvolvimento para o campo em bases sustentáveis, discutindo uma lógica de intervenção nas comunidades de agricultores coerente com este projeto, sob a ótica do paradigma Agroecológico.

No âmbito da Extensão Rural, podemos dizer que Paulo Freire, nosso grande mestre educador, foi um dos precursores em problematizar essa temática, em sua obra *Extensão ou Comunicação*, em 1979, no sentido de orientar a relação entre o técnico e o agricultor, onde todos os sujeitos são educandos e educadores. Numa relação de ensino-aprendizagem, *Diálogo de saberes* é a confluência

¹ Psicóloga, Doutora em Ciências Sociais aplicadas à Educação pela Faculdade de Educação da Unicamp, pesquisadora das temáticas *educação no campo, juventude rural e metodologias participativas*. Na Fundação Itesp, atua na área de Formação e Capacitação de profissionais da extensão rural e agricultores assentados e quilombolas, coordenando programas de formação continuada bem como pesquisas que possam subsidiar políticas públicas voltadas para a agricultura familiar.

ou o encontro do conhecimento científico, sistematizado, comprovado, aprendido na escola com o conhecimento ou saber popular adquirido por meio da experiência de vida do agricultor nas diversas dimensões, que expressa o que faz sentido para ele, sua visão de mundo, sua identidade de agricultor. O diálogo pressupõe troca, uma relação de sujeitos iguais, ambos educadores e educandos, ou seja, numa relação horizontal em que nenhum é melhor ou mais que o outro, e ambos são possuidores de conhecimentos, cientificamente ou apenas socialmente construído. O conhecimento científico e o conhecimento popular são diferentes, complementares e não são antagônicos.

Metodologicamente, este diálogo tem como pressuposto o reconhecimento e o respeito à cultura, aos valores étnicos, a história dos sujeitos, na medida em que o extensionista procura **conhecer a realidade** do agricultor ou da comunidade com a qual vai trabalhar. É nesta realidade ou neste contexto sócio-histórico, sob o olhar atento do técnico, que se pode *ler* valores culturais, o modo de ser e de se ver, de viver e de trabalhar, de significar seus projetos de vida.

No Diálogo de saberes está implícita a construção conjunta do conhecimento ou a produção coletiva de conhecimentos, sem haver imposição de receitas, técnicas ou soluções prontas, sem “*invasão cultural*”, nas palavras de Paulo Freire. É uma prática que envolve a participação direta do agricultor ou da comunidade, na ação (execução), gestão; monitoramento e avaliação. É permitir que o agricultor assuma o protagonismo de seu processo histórico, tendo um papel ativo na transformação de sua realidade, buscando atuar e se co-responsabilizar pelo seu desenvolvimento, de modo cada vez mais autônomo. Por outro lado, ainda com Paulo Freire, o técnico não pode se omitir na sua relação com os agricultores; omitir o que sabe, esconder o que sabe, esconder o que aprendeu nos domínios do conhecimento técnico-científico, esconder seus valores, suas crenças, sua visão, pois o verdadeiro aprendizado só se constrói na “síntese cultural” de sujeitos, ambos, técnico e agricultor protagonistas.

Uma relação recíproca e dialógica pressupõe a prática do *saber ouvir*, estimular o outro a falar, a opinar, a participar igualmente, como também a disposição de aprender com o outro quando desafiado.

Numa metodologia cujo modelo teórico-pedagógico é o construtivismo e o interacionismo, tendo como fundamento a internalização das atividades socialmente e historicamente produzidas, dos modos culturais de pensar e agir, a partir da relação mediada pelo outro e pelos sistemas simbólicos². Os conhecimentos dos agricultores, produzidos socialmente por este grupo cultural, precisam ser tomados como insumos para a reflexão e para traçar estratégias de intervenção buscando o desenvolvimento das comunidades. O Diálogo de Saberes implica na valorização da capacidade do

² Os conceitos de *mediação simbólica* e de *desenvolvimento proximal* de Vigotsky são importantes para compreender esse processo, do ponto de vista psíquico.

agricultor para aprender para decidir sobre os seus recursos, e sobre seus projetos de vida; é importante estimular a consciência crítica para elevar a sua capacidade de análise e ampliar a sua visão de mundo. A questão da troca de saberes tem a ver também com a disposição de mudança no tipo de extensão praticada pelos agentes extensionistas. Mais do que uma ação prática, tem a ver com *mudanças de postura*, válida também para sua vida.

O conceito de ser humano aqui embutido é um homem ativo, criativo, que transforma o meio produzindo cultura; um homem capaz de criar as suas próprias condições de existência atuando sobre a natureza, transformando-a e transformando-se a si próprio. *Diálogo de saberes, um encontro de culturas e subjetividades*.

A experiência de uma prática, inovadora?

Numa metodologia cujo modelo teórico-pedagógico é o **tecnicismo**, a ATER difusionista se faz por meio de uma intervenção pedagógica calcada numa relação unilateral, verticalizada, autoritária, onde prevalece a transferência de pacotes de conhecimentos e tecnologias, visando o desenvolvimento produtivista.

Na Fundação Itesp, sempre houve a preocupação de mudar essa prática, buscando uma metodologia de assistência técnica e extensão rural pautada com maior envolvimento das comunidades. O acúmulo de discussões internas resultou na formatação das bases metodológicas para os serviços de ATER em Assentamentos³, sem contudo, sair do papel.

Desde o início de 2004, o governo federal vem conduzindo um processo de mudança construída em conjunto com vários atores sociais, governamentais e não-governamentais, preconizando uma Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. Por meio do Departamento de ATER (DATER), o ministério não tem medido esforços para que as diretrizes desta política nacional sejam orientadoras de uma nova prática de ATER. Entre diversas estratégias implementadas pelo Brasil afora, (como este Seminário), a formação continuada dos extensionistas foi uma das ações que mais houve recursos investidos (não apenas financeiros), por meio de parcerias com as universidades. O estabelecimento de convênios com instituições de ATER, também possibilitou a implantação de programas de formação continuada, como o Programa de Formação de Agentes de ATER, em 2005, quando a Fundação retomou as discussões para a implantação de uma metodologia de trabalhos de ATER pautados na participação e sustentabilidade.

³ “Cultivando Sonhos: Caminhos para a Assistência Técnica na Reforma Agrária”, Série Cadernos Itesp no. 7, 1998.

Recentemente, a experiência vivida no campo pelos extensionistas da Fundação cujo objetivo central foi desenvolver um processo de construção conjunta e compartilhada com agricultores assentados com menor renda que a média da região, buscando alternativas de geração de renda. Foi um programa que envolveu 60 extensionistas e cerca de 400 agricultores, abrangendo 36 assentamentos; valemo-nos das metodologias participativas para colocar em prática um novo jeito de se trabalhar.

Num primeiro momento, uma enorme insegurança foi sentida pelos extensionistas, causando quase que uma imobilização, pois colocava em cheque os conhecimentos já sedimentados no seu processo de formação; a despeito de refletirmos muito sobre o papel do técnico educador, mediador de processos de aprendizagem e de desenvolvimento, no momento de se colocar em prática um *novo modo de fazer ATER*, eles foram se dando conta e tomando consciência do quanto ainda trabalhavam dentro do modelo difusionista. Uma das grandes dificuldades é romper com essa relação viciada, em que o próprio agricultor espera do profissional de ATER uma postura conivente com as práticas assistencialistas.

Este programa, composto por módulos, previa uma formação/capacitação *de mão dupla*, pois os extensionistas faziam com os agricultores a *Leitura da Realidade* do assentamento, utilizando-se de técnicas participativas (resgate histórico Caminhada transversal, Mapa do Presente/Futuro) e na seqüência, os próprios agricultores faziam o Diagnóstico de sua unidade produtiva, envolvendo toda a família; na Oficina de Reflexão e Sistematização dos diagnósticos construídos individualmente, os técnicos se surpreenderam com o resultado na medida em que *ouviam* os agricultores, e apreendiam seus conhecimentos⁴. A troca de saberes foi promovida quando se abriu a possibilidade de experimentar, testar novas alternativas, e a partir da inovação buscar problematizar e refletir sobre o acontecido ou sobre a realidade juntamente com o agricultor. Ambos levantam hipóteses e dialogam, a partir de seus conhecimentos e da sua experiência.

Numa Oficina sobre Desenvolvimento Sustentável, a construção coletiva do conceito, partindo do conhecimento do próprio sujeito/agricultor permitiu dar um sentido efetivo à palavra “sustentável”, comum em muitos discursos mas pouco compreendida na sua essência. Aprender a *olhar e analisar* os recursos endógenos à sua propriedade, à sua família, à sua comunidade, possibilitou aos agricultores e aos extensionistas *identificar* e *enxergar* a situação atual em que se encontram e trilhar os caminhos de

⁴ Esta metodologia foi baseada na produção já sistematizada sobre Métodos Participativos, tendo como autores centrais Chambers, Frans Geilfus, Markus Brose, Elma D. Ruas.

onde querem chegar, por meio do Planejamento Participativo, dando sentido à elaboração de projetos específicos.

Os agentes extensionistas, ao se preparem para as atividades coletivas/Oficinas ao invés de “reuniões”, foram mudando sua postura e dominando as técnicas e instrumentos participativos que permitiram a troca de conhecimentos e saberes empíricos entre eles e os agricultores, e os agricultores entre si. A Oficina possui uma estrutura diferenciada de uma reunião, na medida em que é ferramenta bastante aberta, baseada no diálogo, com um grau de conteúdo que se quer passar mas que parte desse conteúdo vem do mediador/facilitador e a outra parte vem dos próprios participantes, enquanto que uma reunião é uma atividade mais fechada, informativa, unilateral. Testaram sua criatividade na medida em que se verificou, a partir de uma mesma orientação, que cada extensionista trabalhou de um jeito, recorrendo a técnicas diferenciadas, utilizando-se de vários meios para dar conta da mesma tarefa. E nesse processo, os extensionistas foram se animando com esse novo jeito compartilhado de trabalhar, fazendo uma discussão com base no próprio conhecimento e prática que já consolidaram ao longo dos anos de ATER, descobrindo e resignificando os conhecimentos e habilidades que julgavam não ter, especialmente para o desenvolvimento de atividades participativas. É importante salientar que, neste processo os extensionistas identificaram-se em maior ou menor grau com a nova metodologia, havendo diferentes níveis de incorporação.

O momento atual da instituição demonstra um papel determinante da direção sobre a importância de unificar e institucionalizar essa nova metodologia de ATER, já testada por diferentes experiências, mas que precisa ser instalada como rotina de trabalho em todas as instâncias e comunidades atendidas, guardando as diferenças que devem ser plenamente respeitadas, destacando-se aqui o respeito à cultura e modo tradicional de vida das comunidades quilombolas (também beneficiários da Fundação Itesp).

A implantação massiva desta metodologia de ATER está condicionada a alguns elementos que consideramos imprescindíveis, tais como o envolvimento institucional dos dirigentes e a existência de Proposta Metodológica norteadora dos trabalhos (diretrizes teórico-metodológicas), um de acompanhamento pedagógico⁵ (formação em serviço) e a realização do monitoramento e avaliação por meio de um grupo colegiado.

⁵ O acompanhamento pedagógico consiste no suporte de um grupo composto por seus pares, propiciando uma formação do sujeito *in loco*; no acompanhamento de uma determinada atividade de sua rotina, outro colega irá verificar como o agente extensionista está trabalhando, ou seja, qual a postura do extensionista em relação ao agricultor/comunidade, se as decisões estão sendo compartilhadas, se está sendo privilegiadas as metodologias participativas, se está sendo

Algumas lições

✓ O cotidiano do agente extensionista de uma instituição pública é marcado por um ecletismo, em que ele precisa dar conta de demandas de toda ordem – desde a infra-estrutura básica de acesso, água, energia, habitação, saúde, educação, previdência social, além da atividade produtiva, comercial, organizativa. Costumamos dizer que o extensionista deve ter *o olhar voltado para além do pé de feijão*. Por essa razão, a formação do agrônomo, e outros profissionais das ciências agrárias, requer uma enorme gama de conhecimentos e habilidades, para além das agrônômicas, pois é um profissional polivalente, criativo, e não especializado em só uma área de conhecimento. Os profissionais especialistas não possuem um perfil adequado para trabalhar com a agricultura familiar.

✓ Uma queixa comum dos extensionistas é quando um projeto é apresentado a eles para ser executado, a famosa “elaboração de gabinete”, recibo no campo como *mais um trabalho a ser feito*. Neste programa, convidamos alguns extensionistas do campo para construir junto com a coordenação, tanto o conteúdo e as dinâmicas das Oficinas, uma estratégia que deu muito certo, pois possibilitou a incorporação do programa como deles, por meio da construção conjunta, com um cronograma flexível onde ele também era dono do seu tempo. A lição que tiramos é de que adotar uma metodologia participativa numa instituição é institucionalizar essa postura em todas as instâncias. Como diz Caporal, é preciso também mudar a estrutura organizacional, dura, viciada das instituições públicas de ATER.

✓ Numa instituição pública estatal, no caso da Fundação Itesp, as dificuldades se assentam também pela ambigüidade que o extensionista possui ao assumir um papel fiscalizador, identificando e notificando as irregularidades dos agricultores assentados, o que é diretamente incompatível com uma atuação voltada para o desenvolvimento das famílias. Esta discussão tem sido colocada reiteradamente pelos extensionistas à direção, solicitando a criação de uma figura específica para esta função, dispensando-os dessa ação.

Quando Francisco Caporal nos chama a atenção para o *perigo de se mudar o discurso e manter as velhas práticas*, acredito que uma mudança como essa, além de levar algumas décadas, necessita de ações estratégicas para efetivar tal mudança; entre elas, um massivo investimento na formação de

privilegiadas ações coletivas, que envolvam comunidades ou grupos de interesse/afinidades etc. etc. e depois discute e reflete com o sujeito extencionista estas questões.

novos profissionais das Ciências agrárias, pois ainda se vê a maioria dos jovens recém formados, entrando nas instituições por meio de concursos, e que desconhecem por completo as diretrizes da PNATER. A implantação da *ATER dos novos tempos ainda está engatinhando*. Mas entendo que estamos vivendo um processo de transição, no qual a Política pública, serviços de ATER e a formação de profissionais devem falar a mesma linguagem para promover mudanças no cenário atual

Contribuições para o Ensino de ATER

- ✓ A formação do extensionista contemporâneo tem que ir além da formação técnica e instrumental, pois a realidade com a qual vai atuar exige conhecimentos, habilidades e posturas de um profissional eclético, polivalente; esta formação, que se inicia nos bancos escolares, deve incorporar a formação nos campos político, social, econômico, antropológico, ambiental, ético, além dos conhecimentos e técnicas agrônômicas (ou das Ciências Agrárias).
- ✓ É fundamental, também ter formação sobre conteúdos pedagógicos, - as correntes teórico-pedagógicas -, para poderem visualizar o que tem por trás de uma intervenção difusionista ou participativa. A ATER é uma ação educativa.
- ✓ A mesma relevância vale para os conteúdos curriculares voltados para fundamentação das metodologias participativas, mas que estas estejam presentes desde os primeiros anos do curso, e que se seja acompanhada da vivência prática destas técnicas, por meio de estágios supervisionados. A maior dificuldade dos extensionistas é *saber fazer*. O desenvolvimento de habilidades do fazer construtivo é sempre desconsiderado, relegado.

São muitos os desafios, que não param por aqui. Entendo que é da maior relevância refletirmos sobre o que acontece atualmente nas instituições de ATER e poder levar esta discussão para o campo do Ensino do profissional das Ciências Agrárias, como permite este seminário.

Referências bibliográficas

- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Sub-Programa de Formação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural – Ano 2008*. DF: SAF/Dater, 2008.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Balanço das Ações do Sub- Programa de Formação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural*. Brasília, DF: SAF/Dater, Documento impresso, 2006.

- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural*. Brasília, DF: SAF/Dater, 2004
- BROSE, Markus. *Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos*. Porto Alegre, 2001.
- CALLOU, A.B.F.; PIRES, M.L.L.; LEITÃO, M.R.F.A.; e SANTOS, M.S.T. O estado da arte do ensino da extensão rural no Brasil.
- CAPORAL, F.R. e Ramos, L.F. Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável: enfrentar desafios para romper a inércia. In, *Desafios na Amazônia: uma nova Assistência Técnica e Extensão Rural*. 2006.
- CAVLET, V.J. *A formação do engenheiro agrônomo em questão*. S/d
- COELHO, F.M.G. *A Arte das orientações técnicas no campo – concepções e métodos*. Viçosa: Editora UFV, 2005.
- DIAS, M.M. A formação do agrônomo como agente de promoção do desenvolvimento. In *Revista Extensão Rural*, Universidade Federal de Santa Maria, Centro Ciências Rurais. 1993. p.53-68
- FREIRE, P. *Ação e prática para a liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979
- FREIRE, P. *Extensão ou comunicação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- MUSSOI, E. M. Agricultura Familiar, Extensão Rural e a nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural in LIMA, J.R.T. e FIGUEIREDO, M.A.B. (Orgs.) *Extensão Rural, desafios de novos tempos. Agroecologia e Sustentabilidade*. Recife: Ed. Bagaço, 2006. P.159-171
- RUAS, Elma. D.et AL. *Metodologia participativa de extensão rural para o desenvolvimento sustentável*. Belo Horizonte, 2006.
- THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 2000.